



## CERTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA DA CACHAÇA MATRAGA: UM ESTUDO DE CASO <sup>1</sup>

## CERTIFICATION OF ORGANIC PRODUCTION OF CACHAÇA MATRAGA: A CASE STUDY

Marisete dos Santos Brandalize<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-3893-2968>

Camila Gabriela Junges<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-0316-3679>

Renata Cattelan<sup>4</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-1820-7205>

**Resumo:** À medida em que cresce a preocupação social com o meio ambiente e o consumidor busca a aquisição de produtos alimentares mais sustentáveis, a certificação de produtos orgânicos demonstra-se protagonista. Com o intento de analisar a certificação de produtos orgânicos, foi realizado um estudo de caso com a produção de cachaça orgânica do Alambique Matraga, localizado no município de Planalto (Paraná – Brasil). Após o levantamento de dados inicial da produção de cana-de-açúcar no estado, bem como quanto à certificação de produtos orgânicos, da agroindústria da cachaça e a agricultura familiar, foi elaborado um roteiro de quatro perguntas semienterradas como base para coleta de dados. Os resultados encontrados a partir de entrevista realizada com o diretor proprietário da empresa, demonstraram que essa certificação possibilita o alcance do mercado internacional, ou seja, a exportação dos produtos, além do crescimento de produção, venda interna, geração de empregos e permanência do homem no campo. Há viabilidade de produção da cultura da cana-de-açúcar na região e com o instrumento da certificação de produtos orgânicos, apesar de ainda ter um alto custo para obtenção, maximiza a comercialização do produto, demonstra a qualidade que os consumidores têm buscado, fortalecendo a cultura da cana-de-açúcar na região Sudoeste do Paraná.

**Palavras-chave:** Cana-de-açúcar. produtos orgânicos. Certificação orgânica.

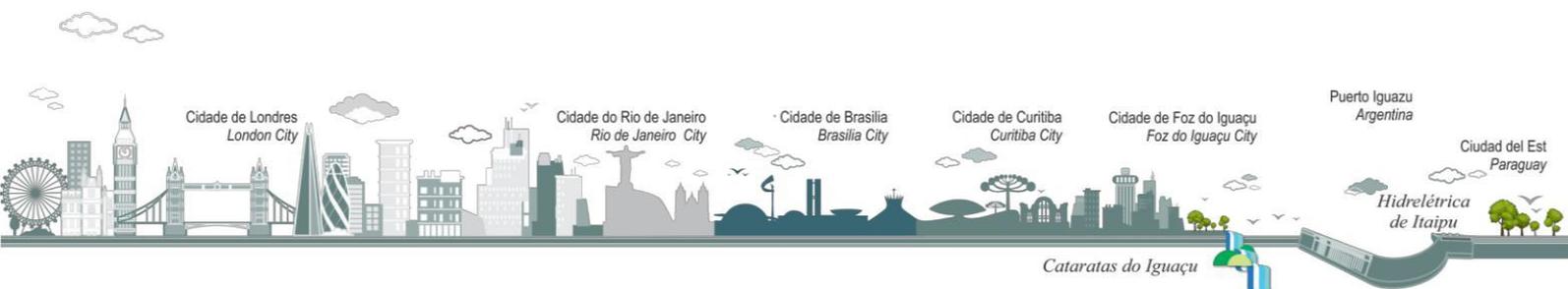
**Abstract:** As concerns about the environment grow and consumers look to buy more sustainable food products, certification of organic products is proving to be a key factor. In order to analyze the

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado no 60º Congresso da Saber em agosto 2022, Natal – RN.

<sup>2</sup> Bolsista CAPES, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Participante da Rede Internacional de Pesquisa Resiliência Climática – RIPERC. Colaboradora do Projeto NAPI Emergência Climática. marisetedossantosbrandalize@gmail.com

<sup>3</sup> Mestre (2021-2023) e doutoranda (2023) pela UNIOESTE (Campus Toledo) em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

<sup>4</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/Campus de Toledo. Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/campus de Francisco Beltrão com foco em Desenvolvimento Regional e Agroindústria.





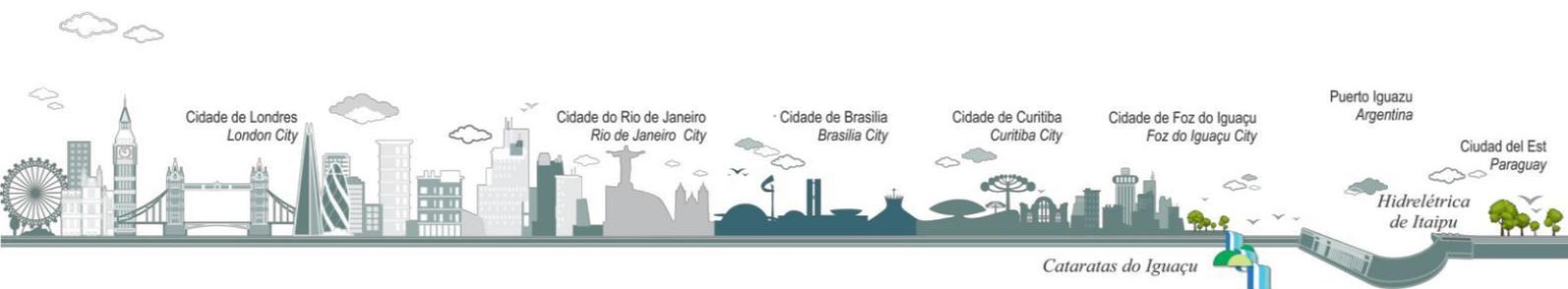
certification of organic products, a case study was carried out on the production of organic cachaça at Alambique Matraga, located in the municipality of Planalto (Paraná - Brazil). After initially gathering data on sugar cane production in the state, as well as on the certification of organic products, the cachaça agro-industry and family farming, a script of four semi-underground questions was drawn up as a basis for data collection. The results found from an interview with the company's owner director showed that this certification makes it possible to reach the international market, i.e. export the products, as well as increase production, domestic sales, create jobs and keep people in the countryside. Sugarcane production is viable in the region and with the instrument of organic product certification, although it is still expensive to obtain, it maximizes the marketing of the product, demonstrates the quality that consumers are looking for, and strengthens sugarcane cultivation in the southwest region of Paraná.

**Key Words:** Sugarcane. Organic products. Organic certification.

## INTRODUÇÃO

A agropecuária brasileira passou por uma transformação significativa no último século, impulsionado pelo avanço tecnológico na agricultura. Este avanço teve um impacto profundo para a agricultura familiar (Barros *et al.*, 2020). Gerou problemas que devem ser priorizados pela política pública rural e pelas instituições ligadas ao setor, como o fato de que, parcela dos agricultores – notadamente pequenos produtores – encontram dificuldades para participarem do mercado de insumos, produtos, crédito e tecnologia (Helfand, 2020). Mesmo com os Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a promoção do desenvolvimento sustentável desse segmento precisa ser maximizada (Santana; Gasques, 2020).

Uma das atividades da agropecuária do País que tem quase cinco séculos de tradição é a agroindústria canavieira. Responsável pela produção de açúcar (segurança alimentar), etanol e cogeração de energia a partir da queima do bagaço (segurança energética), dentre outros subprodutos derivados dessa cultura – torta de filtro, vinhoto para fertirrigação, gás carbônico etc. –, a agroindústria canavieira é caracteristicamente um mercado oligopólico (Vian; Belik, 2003). Todavia, existem pequenos produtores que atuam nesse segmento como fornecedores de cana-de-açúcar para usinas/destilarias, ou mesmo produzindo açúcar mascavo, melado e/ou cachaça para indústrias ou diretamente para o mercado consumidor (Ramos *et al.*, 2011; Tomasetto *et al.*, 2009).





O mercado nacional de cachaça (também conhecido como aguardente) listou 1.131 estabelecimentos com registros válidos em 2020, sendo o Paraná o sétimo colocado nesse quesito. Conforme Instituto Brasileiro de Cachaça (Brasil, 2021, p. 11), “o Brasil possui capacidade instalada de produção de cachaça de aproximadamente 1,2 bilhão de litros anuais, porém se produz anualmente menos de 800 milhões de litros”; ademais, em 2020 esse produto foi exportado para 70 países, por mais de 50 empresas exportadoras, gerando receita de US\$ 9,52 milhões (5,75 milhões de litros).

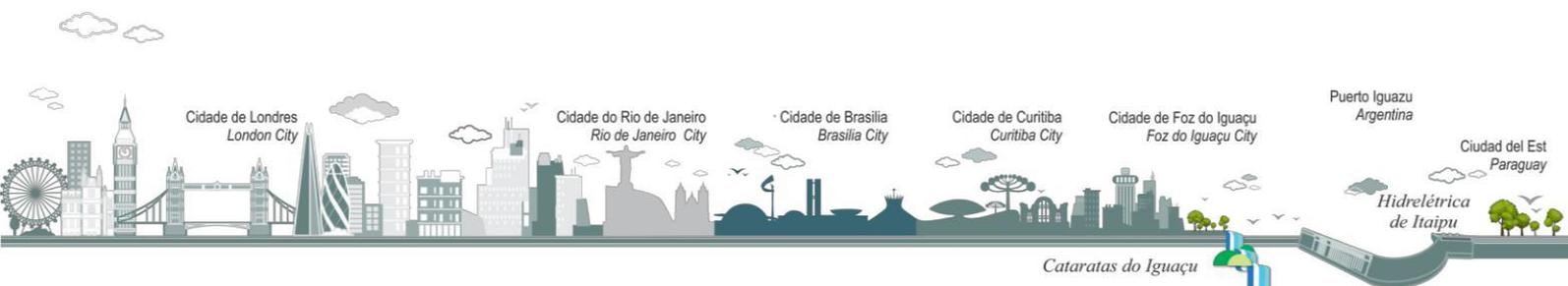
Uma das formas de potencializar a participação da pequena produção (agricultura familiar) de derivados da cana-de-açúcar no mercado nacional ou internacional, especialmente da cachaça, é a certificação de produtos orgânicos, posto que agrega valor ao incorporar estratégia de produção mais sustentável (Santos; Silva, 2017). Cumpre dizer que a certificação busca assegurar a conformidade de um produto ou serviço com especificações técnicas ou normas quanto à natureza, qualidade, material e metodologia empregados (Vieira *et al.*, 2020).

Este estudo procura analisar a certificação de produtos orgânicos no Alambique Matraga, uma produtora de cachaça localizada no município de Planalto (Estado do Paraná, Brasil), visando compreender algumas questões a respeito desse processo. A empresa tem como atividade principal a produção de cachaça mediante o cultivo de cana-de-açúcar em terras próprias e de fornecedores da região. Além da cachaça, o Alambique também fornece matéria prima para a criação de outros produtos, como o açúcar mascavo, melado e licores. Com isto, espera-se contribuir na análise de questões acerca do desenvolvimento da cultura da cana e dos seus produtos derivados.

Isto posto, este artigo está estruturado em cinco seções, incluída a introdução. A segunda seção expõe os materiais e métodos. A quarta e quinta seções apresentam, respectivamente, os resultados, discussões e as considerações finais.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia empregada consiste em um estudo de caso, seguindo as diretrizes de Denzin e Lincoln (2006) e Yin (2005). Inicialmente, foi conduzida uma revisão de literatura





para estabelecer o contexto da indústria de cachaça e preparar o questionário. O Alambique Matraga, localizado na Cidade de Planalto, Estado do Paraná, foi escolhido como objeto de estudo.

A coleta de dados teve início com uma visita técnica na empresa em setembro de 2021, que permitiu um conhecimento completo da estrutura da empresa, desde a produção de cana até o envasamento da cachaça. A entrevista foi semiestruturada com o diretor da empresa, usando um roteiro de quatro perguntas como base, mas permitindo que outras questões relevantes surgissem durante a conversa. Os tópicos selecionados incluíram os mercados atingido antes e depois da certificação, o impacto da certificação na exportação e o aumento no faturamento da empresa.

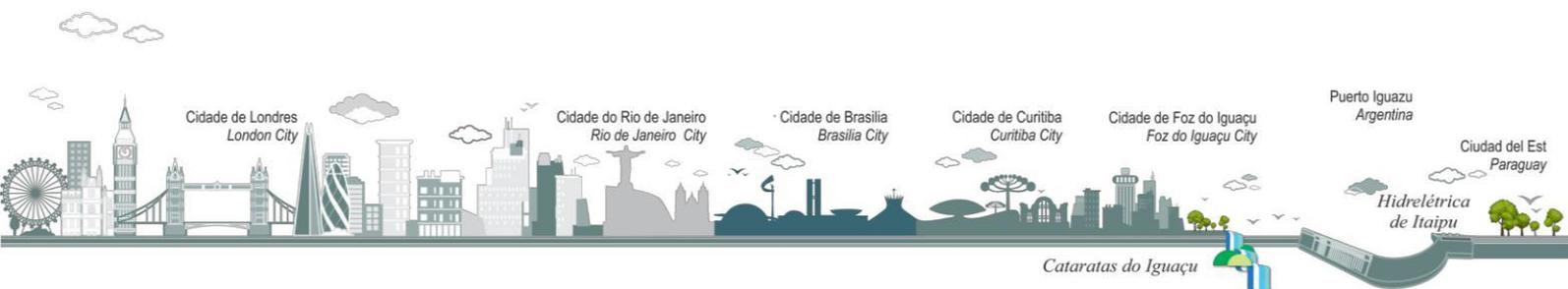
Essa abordagem metodológica permitiu uma compreensão abrangente do impacto da certificação de produtos orgânicos na Cachaça Matraga, examinando seu contexto desafios e oportunidades sob a perspectiva do produtor. A entrevista foi gravada e transcrita garantindo a precisão e a fidedignidade dos dados encontrados.

## A AGRICULTURA FAMILIAR: DADOS ESPECÍFICOS SOBRE O SUDOESTE DO PARANÁ

A Lei nº 11.326 (Brasil, 2006) delimita a agricultura familiar e os critérios para a identificação desse segmento. Expressa que é considerado como agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, utiliza apenas a mão de obra da família e possui uma propriedade que não supere a extensão de quatro módulos fiscais<sup>5</sup>.

A situação em que se encontra a agricultura familiar brasileira é resultante de um longo e complexo processo histórico iniciado no período colonial, acentuado pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais das últimas décadas do século XX e primeiras décadas do século XXI (Grisa; Schneider, 2014).

<sup>5</sup> Módulo fiscal corresponde a uma unidade de medida de terras em hectares. O valor varia de município para município dependendo da atividade agrícola praticada: hortifrutigranjeira, culturas permanentes ou temporárias, atividades de extração, agropecuária etc. O valor em cada município é definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em Planalto (PR) o valor do módulo fiscal corresponde a 20 hectares. Portanto, no município se constitui como agricultura familiar uma propriedade de até 80 hectares (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, 2012).



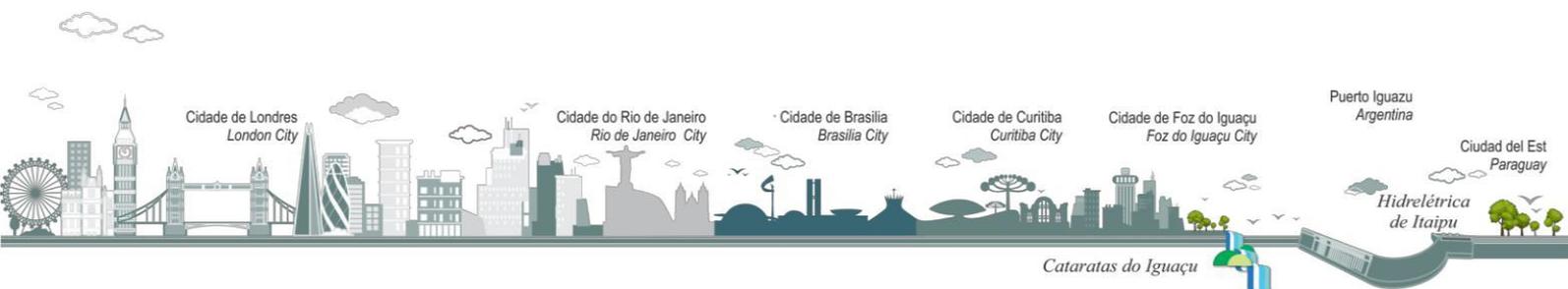


A emergência da questão ambiental nas últimas décadas com a defesa do desenvolvimento sustentável ligada à questão da segurança alimentar, impulsionou a agricultura familiar no contexto nacional. Dessa forma, ocorreram significativas mudanças no que tange ao segmento agrícola, notadamente com as políticas públicas direcionadas para essa atividade, que privilegiaram a esfera produtiva das *commodities* voltadas às exportações e produzidas nos latifúndios. Todavia, na medida em que emerge a consciência de que o modelo agrícola, até então adotado, era insustentável e, em meio ao intenso debate sobre desenvolvimento sustentável, a agricultura familiar passa a ser considerada, por muitos estudiosos, como uma grande aliada da sustentabilidade nas suas esferas econômica, ambiental e social (Grisa; Schneider, 2014).

A oficialização do decênio da agricultura familiar 2019-2028, motivada pela iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), deve-se, ao menos teoricamente, apressar a elaboração de políticas públicas para o segmento agrícola que proporcionem o aumento da produção de alimentos, a garantia da segurança nutricional/alimentar, a promoção da justiça social no campo, a preservação sustentável dos recursos naturais e, conseqüentemente, a vida humana (Bevilaqua, 2016).

Não obstante, os inegáveis avanços constatados para o meio rural nas últimas décadas, mesmo com o incentivo dos programas institucionais e sistemas de créditos específicos, tais como PRONAF, PNAE, PAA etc., ainda existem problemas que devem ser enfrentados. Reforça-se, assim, o que salientou Santana e Gasques (2020), de que a promoção do desenvolvimento sustentável precisa ser potencializada, bem como o que Helfand, Costa e Soares (2020) ressaltam, isto é, a maior inserção de pequenos agricultores no mercado de insumos, produtos, crédito e tecnologia.

A Mesorregião Geográfica do Sudoeste paranaense tem 47.277 estabelecimentos rurais, com uma área de 1.031.602 hectares. Portanto, resulta em uma média de 21,8 hectares por estabelecimento rural. Segundo Flores (2007), essa mesorregião tem a menor extensão média de hectares por estabelecimento rural do Paraná. Para Rippel (2012), isso se deve aos acontecimentos históricos que marcaram a sua colonização, nas décadas de 1940 e 1950, realizada por agricultores familiares provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a





divisão das terras em pequenas propriedades e o solo acidentado que dificulta a mecanização. Esses fatores culminaram na Revolta dos Posseiros no ano de 1957.

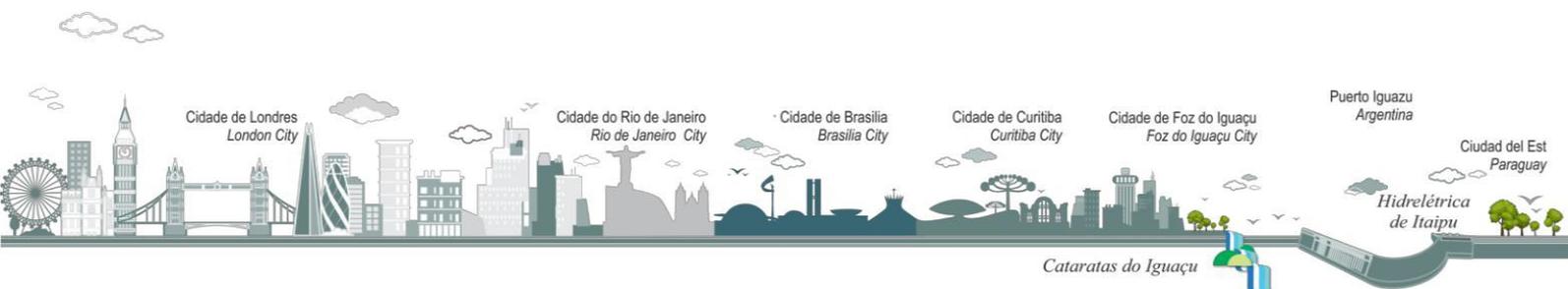
De acordo com Tomasetto *et al.* (2009), a diversificação da agricultura familiar favorece o desenvolvimento local sustentável e demonstra a importância das agroindústrias que possibilitam a agregação de valor aos produtos, geração de trabalho e aumento da renda para o produtor. Pasqualotto, Godoy e Verona (2013) também evidenciam as transformações resultantes da modernização dos sistemas agrícolas ou agroindustriais no Sudoeste do Paraná e os efeitos da integração entre as indústrias de alimentos e a agricultura familiar. Diversas famílias da região escolhem práticas sustentáveis, as quais possibilitam maior qualidade de vida no campo, a contribuição dos conhecimentos e trabalho de todos os seus membros da família. Dentre os sistemas de produção que se utilizam desses princípios, destaca-se a produção orgânica, que se constitui como um dos objetos desta pesquisa.

## PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO PARANÁ

O município de Planalto encontra-se no Sudoeste do Estado do Paraná, com aproximadamente 13.000 habitantes. Esse município foi desmembrado de Capanema no ano de 1963, com o advento da Lei Estadual nº 4.731, de 24 de julho (IBGE, 2017; IPARDES, 2010).

Conforme Pasqualotto, Godoy e Verona (2013), Planalto apresenta as características de agricultura familiar advinda dos seus colonizadores, oriundos fundamentalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Possui como uma de suas atividades principais, em decorrência das características do solo, clima e outros fatores de ordem social e econômica, a agropecuária.

Uma das culturas existente no Sudoeste paranaense é a cana-de-açúcar (Tomasetto *et al.*, 2009). Trazida para o País no período colonial, durante o ciclo do açúcar, teve expansão na capitania de Pernambuco, Bahia, e, posteriormente, para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, mais recentemente, firmou-se também no Paraná em função de fatores relacionados à localização, condições edafoclimáticas, questões técnicas e econômicas propícias à cultura canavieira (Clein, 2021).





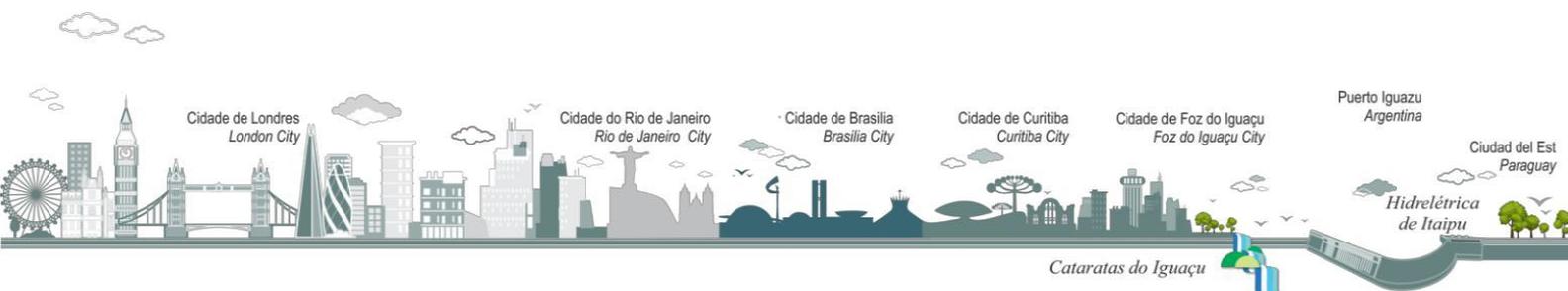
É forte a representação da classe patronal canaveira no Paraná. A Associação de Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná (ALCOPAR), o Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado do Paraná (SIAPAR) e o Sindicato da Indústria do Álcool do Estado do Paraná (SIALPAR) exercem o papel de criar soluções para os problemas enfrentados pelo setor, bem como representar a categoria econômica, auxiliando como forma de organização complementar (Shikida; Frantz, 2002).

Em termos de números, o Estado do Paraná produziu 34.790 mil toneladas de cana-de-açúcar na safra 2020/2021 (5,3% do total nacional, 5º maior produtor canaveiro), gerando 2.636 mil toneladas de açúcar (6,4% do total nacional, 3º maior produtor) e 1.261 mil metros cúbicos de etanol (3,9% do total nacional, 6º maior produtor) (União da Indústria de Cana-de-açúcar – Única, 2022). Conforme Ramão, Schneider e Shikida (2007) e Clein (2021), a agroindústria canaveira do Paraná passou por um processo de transformação tecnológica, crescente inovação e mecanização da produção, que contribuiu na competitividade e atenuação dos custos de manejo. Mesmo assim, atualmente o cenário é de crise, com algumas unidades em recuperação judicial e outras falidas.

## A AGROINDÚSTRIA DA CACHAÇA

O segmento de alimentos e bebidas possui importância econômica para o Brasil e detém, dentre as indústrias nacionais de transformação, o primeiro posto. Por sua vez, a indústria de bebidas se divide em dois ramos: não alcoólicas e alcoólicas. As bebidas alcoólicas são compostas por três grandes grupos: cachaça e outros destilados, vinhos e cervejas que, no conjunto, alcançam um pouco menos de 50% do mercado (FGV, 2018).

A indústria da cachaça no País possui longínquas raízes históricas e tem aumentado de proporção nos últimos anos. A capacidade de produção nacional é equivalente a 1,2 bilhão de litros anuais, porém, a produção atual é de aproximadamente 800 milhões de litros, fato esse que denota o não uso de toda a capacidade industrial instalada. Comparado com a produção, entretanto, o volume de exportações de cachaça é muito baixo e, mesmo, insignificante (5,75 milhões de litros – equivalente a 0,7%) (Brasil, 2021).





O fato de a produção brasileira estar quase que exclusivamente orientada para o mercado interno gera alguns obstáculos para o setor. Dentre os elementos que dificultam a inserção do produto no mercado internacional se destacam a informalidade, a ausência de padronização e entidades representantes. A informalidade acarreta prejuízos à qualidade do produto e ao meio ambiente, gerando, também, concorrência desleal, promovendo a evasão fiscal e prejudicando o setor na sua totalidade (FGV, 2018).

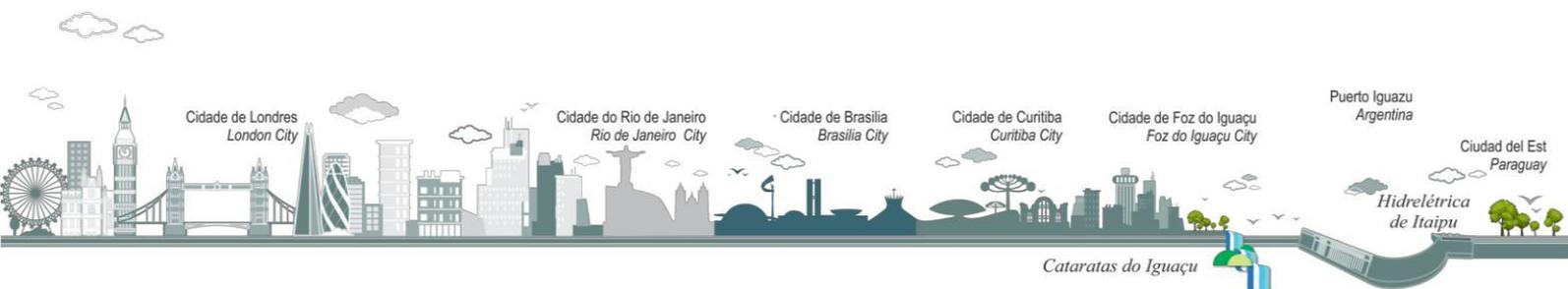
Embora os desafios e obstáculos encontrados pelo setor, a cachaça, conforme já mencionado, possui grande importância no mercado de bebidas e na economia nacional. Além disso, o setor tem buscado diferenciar seu produto com o intuito de alcançar uma gama maior de consumidores. Nesse sentido, a produção de cachaça orgânica tem contribuído para que o produto deixe de ser considerado como marginalizado, atinja segmentos cada vez mais amplos do mercado nacional e possa ingressar definitivamente no mercado internacional com o aumento percentual das exportações (Maciel *et al.*, 2021).

## PRODUTOS ORGÂNICOS E O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

Enquanto no Brasil a Revolução Verde dava seus primeiros passos, ainda no final da década de 1960, na Europa, alguns pensadores chamaram a atenção para a urgente necessidade de mudanças nos sistemas de produção e consumo (Goldemberg; Barbosa, 2004). Para Pott e Estrela (2017), a Conferência da ONU, em 1972, sugeriu um novo modelo de desenvolvimento, o qual foi denominado “Eco desenvolvimento” e teria como objetivo a conciliação entre desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

Nas últimas décadas, como indicam Silva e Polli (2020), a produção e a comercialização de produtos orgânicos têm conquistado espaço mundial, com uma elevada taxa de crescimento em diversos países, tais como, Estados Unidos, países europeus e Japão. Igualmente, Lima *et al.* (2020) citam que, a partir de 2000, o crescimento médio das vendas de produtos orgânicos no mundo foi superior a 11% ao ano.

Após o processo de reabertura democrática e com a Constituição Federal de 1988, assumiu-se a terminologia e a concepção do Desenvolvimento Sustentável afirmando, no artigo 170, a proteção do meio ambiente como um dos princípios gerais da ordem econômica



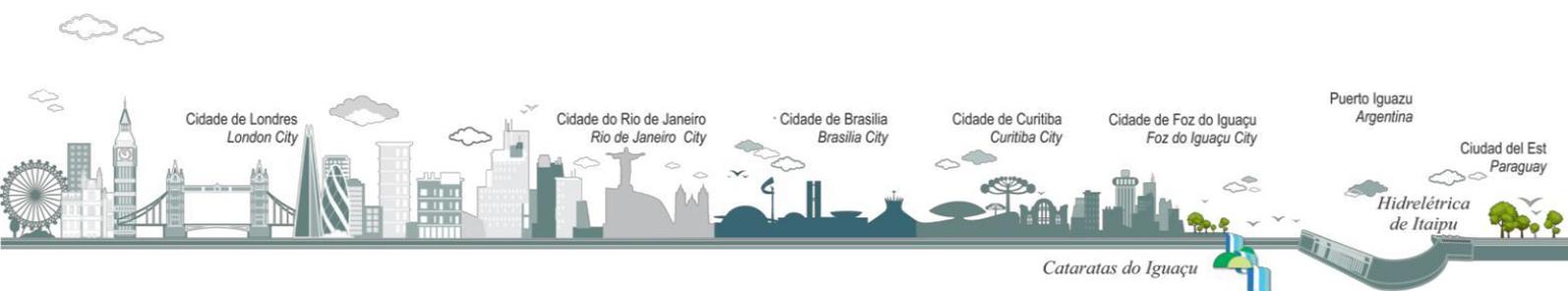


(Brasil, 1988). Nesse contexto, o novo modelo agrícola que surgiu em meio as preocupações ambientais revelou a busca por uma agricultura sustentável, que fornece uma estrutura metodológica de trabalho que possibilita a compreensão dos agroecossistemas. Trata-se da integração entre princípios ecológicos e socioeconômicos e a avaliação do impacto tecnológico sobre os complexos agrícolas e também sobre a sociedade no seu conjunto, assim como tenta incorporar, de forma sistêmica, as três dimensões de sustentabilidade: um sistema agrícola economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente sustentável (Pott; Estrela, 2017).

Antes de abordar diretamente o processo de certificação orgânica da cachaça, Tallman e Zasso (2019) trazem alguns números sobre o aumento das propriedades certificadas, o processo para a obtenção da certificação, a produção e a demanda por orgânicos no País. Entre 2006 e 2017, o número de estabelecimentos agropecuários que possuíam certificação de produção orgânica aumentou no Brasil, passando de 5.106 para 68.716 (um aumento de mais de 1000%). A relevância desses números é ainda maior quando leva em consideração que o País é um dos maiores consumidores de defensivos do planeta. Todavia, de acordo com os autores, “apesar do avanço, há ainda muito espaço para crescimento, pois apenas 1,4% do total de propriedades eram certificadas em 2017” (Tallman; Zasso, 2019, p. 7).

Possebon e Polli (2020, p. 520) dissertam que “para que o alimento comercializado possa ser denominado orgânico, ele deve portar o selo que garante que foi certificado através de auditoria sobre a produção. Para isso, deve respeitar todos os requisitos descritos na Lei nº 10.831, de 2003”. Os autores citam, ainda, que a certificação orgânica incentiva o equilíbrio nas relações entre homem e natureza, concedendo orientações sobre técnicas de produção que promovam o cuidado com o meio ambiente por meio de um manejo equilibrado e, ao mesmo tempo, respeitando o agricultor, sua família e o seu trabalho.

Como um produto agrícola presente na agricultura familiar, a cachaça também tem apresentado um grande aumento na sua produção artesanal e orgânica, que abre maiores possibilidades de entrada no mercado internacional. O processo artesanal da cachaça faz dela um produto de melhor qualidade em cotejo com a cachaça industrial. A relação com a sustentabilidade é evidente, na medida em que os próprios consumidores passam a





demonstrar preocupações com o processo de produção e os impactos sobre o meio ambiente (Maciel *et al.*, 2021).

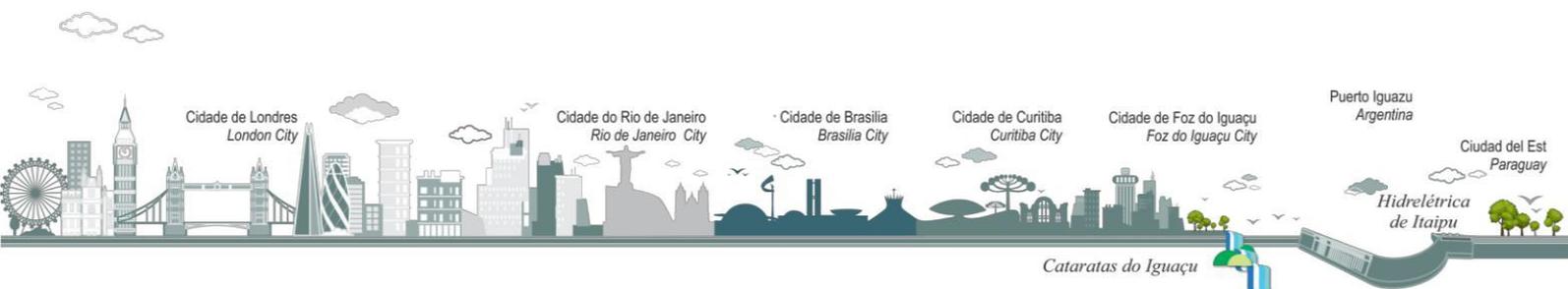
Por tais motivos, a utilização de técnicas que busquem reduzir os impactos negativos sobre o meio ambiente, favorecendo a sustentabilidade e, ao mesmo tempo, com um produto de qualidade, permite uma maior competitividade à cachaça. Destarte, Botler (2013) e Maciel *et al.* (2021) afirmam que produtores do setor cachaceiro, na sua maioria agricultores familiares, têm adotado tecnologias inovadoras para oferecer ao mercado produtos diferenciados e com o selo de certificação orgânica, que atesta sua forma de produção sustentável, segura e viável.

No que diz respeito à cana-de-açúcar, embora existam pequenas variações entre as instituições certificadoras, os padrões seguidos para a produção e, conseqüentemente, para a certificação, incluem: período inicial para a preparação do solo e local onde será implantado o sistema orgânico; duração mínima de quatro anos sem o uso de produtos químicos, pesticidas; e ausência de queimadas (Possebon; Polli, 2020).

No que tange ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2013), a certificação da cachaça orgânica confirma que o produto brasileiro atende aos requisitos de qualidade e sustentabilidade exigidos tanto no mercado interno como no externo. Os destilados com selo de certificação apresentam, assim, um diferencial em relação ao convencional, permitindo que a cachaça orgânica brasileira amplie mercado. Dados mais específicos sobre a obtenção do selo de certificação de produtos orgânicos para cachaças brasileiras serão trazidos juntamente com o estudo de caso do Alambique Matraga, a qual se constitui como o principal objetivo desta pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme já exposto, este estudo de caso aborda apenas a produção de cachaça orgânica do Alambique Matraga no município de Planalto, especializada na fabricação de cachaça e licores orgânicos, assim como outros derivados – melado e açúcar mascavo. Essa empresa conta com toda uma estrutura para base de sua produção. Para seu diretor proprietário, é preciso conhecimento sobre o selo de certificação em cada setor, assim como





alinhamento das leis e regulamentações sobre padronização, classificação, registro, inspeção e uniformização das bebidas orgânicas.

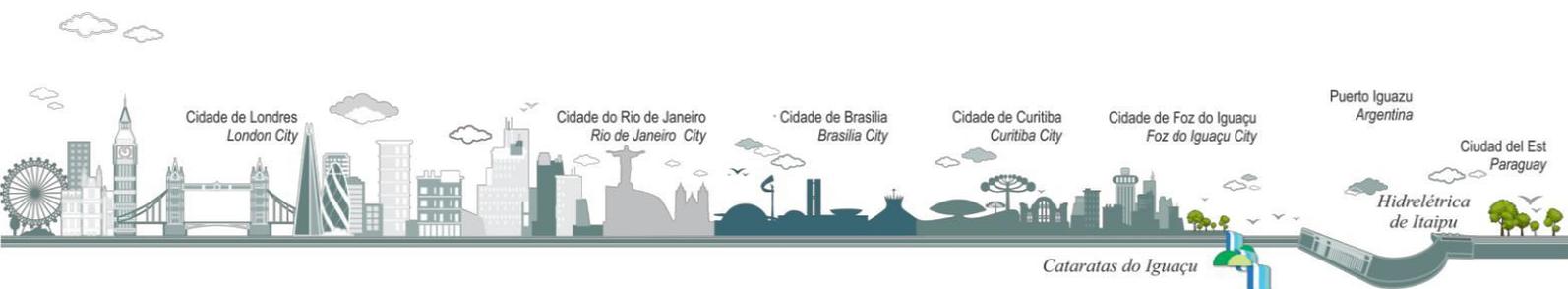
Houve uma conversa informal e preliminar com o diretor proprietário que serviu para a obtenção de dados sobre as origens e o desenvolvimento da empresa, sua inserção e contribuição para o desenvolvimento regional, o processo de obtenção do selo de certificação etc. Tais informações serão agora expostas na medida em que são importantes para a compreensão do objeto deste trabalho.

O processo da produção orgânica do Alambique Matraga, no Município de Planalto, projeta o Sudoeste do Paraná nacional e internacionalmente, pois traz novos nichos de mercado através de um produto diferenciado produzido na região. A empresa iniciou suas atividades em 1989 de forma artesanal e com estrutura familiar. No ano 2000 foi uma das pioneiras na certificação de cachaça orgânica no Brasil, recebendo o certificado orgânico nacional e internacional, com autorização ambiental de funcionamento pela Fundação do Meio Ambiente.

Em virtude das divergências de ideias entre os sócios, o diretor proprietário atual desligou-se da empresa no ano de 2001. Nesse período, a empresa perdeu *status* no mercado internacional e nacional. Contudo, em 2016, esse entrevistado voltou a administrá-la, retornando à certificação orgânica, a qual possibilitou o aumento das exportações, que é uma das finalidades principais do Alambique.

Hoje a empresa conta com seis famílias colaboradoras na produção de cana orgânica (24 membros no total). Cada família possui de 2 a 3 hectares de terra com uma produção de 30 a 40 toneladas de cana-de-açúcar anualmente. Entretanto, a maior parte da matéria-prima é produzida pela própria empresa com uma área de 20 hectares. A produção total do Alambique no ano de 2021 foi de 90.000 litros de cachaça. O número de trabalhadores diretos dessa empresa corresponde a 7 pessoas, sendo 15 trabalhadores contratados somente durante o corte da cana.

O processo de certificação é longo, percorrendo várias etapas. Inicialmente, é necessário converter as áreas agricultáveis em orgânicas. Nos três primeiros anos, a área fica em conversão, produzindo barreiras de proteção, desintoxicação do solo e análise da água em toda área. É importante mencionar que cada País tem exigências de certificação





diferentes. Nos Estados Unidos, por exemplo, dois anos de conversão são necessários, na Europa são três anos.

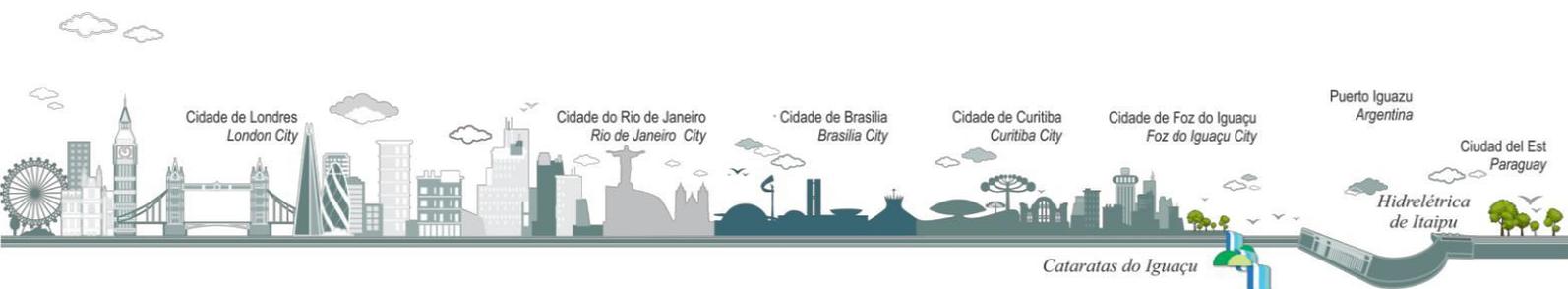
Após o processo de conversão é preciso agendar uma auditoria com a instituição certificadora para fazer a inspeção da área. Feita essa inspeção, o auditor elabora um laudo sobre todo o processo da cadeia produtiva, destacando o registro de procedência das mudas de cana-de-açúcar, nota fiscal e documentação que comprovem que os produtos utilizados na área não contêm agrotóxicos. Segue-se o processo da produção de cachaça, desde corte, transporte da cana, moagem, tratamento do caldo para a fermentação, destilação, envelhecimento até etapa final do envasamento e rotulagem. Estando todos os quesitos de acordo com as normas técnicas e exigências, a empresa recebe a certificação orgânica.

Cumprir destacar que esse processo precisa ser renovado anualmente. Os custos são mais elevados para o mercado externo, o qual exige uma certificação creditada pelo *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM), instituição essa que reúne todos os movimentos ligados à agricultura orgânica em âmbito mundial. No mercado interno, o custo da certificação orgânica é mais acessível na medida em que existem iniciativas como a da Certificadora Solidária, que permite a certificação simultânea de diversas propriedades, reduzindo os custos desse processo.

O Alambique Matraga é certificado pela Internacional Ecocert, empresa fundada na França em 1991. Desse modo, os destilados, mesmo sendo embalados em litros ou a granel, precisam conter o selo de certificação orgânica. Assim, a empresa emite a nota fiscal e a certificadora concede um documento de transação orgânica para a exportação do produto.

A produção de cachaça orgânica no Alambique Matraga vem se destacando pela qualidade, pela sofisticação no *design* e pela constante preocupação com a biodiversidade. Portanto, os destilados Matraga não são considerados uma bebida marginalizada, ao contrário, encontram-se presentes em hotéis e restaurantes finos e sofisticados no Brasil e no exterior.

Na sequência, a pesquisa transcreve perguntas e respostas que serviram de base para a entrevista com o diretor proprietário realizada no dia 16 de setembro de 2021:





## - Antes da certificação quais eram os mercados atingidos pela Cachaça Matraga?

Antes da certificação a Cachaça Matraga atingia apenas o mercado regional e nacional. Inexistiam as vendas para o mercado externo. As exportações se iniciaram justamente com a obtenção do selo de certificação no ano 2000. Aliás, a obtenção da certificação correspondeu a uma exigência do mercado externo (Colussi, 2021, informação verbal).

## - O senhor considera que o selo de certificação abriu novos mercados para a Cachaça Matraga? Se sim, quais?

Apenas marcas reconhecidas como Ypióca, 51 e Oncinha conseguem atingir o mercado externo com uma produção convencional. Assim, a produção orgânica se constituiu como a única possibilidade da Cachaça Matraga se inserir no mercado externo. No que tange ao mercado nacional, a certificação possibilitou contratos com hotéis localizados em regiões turísticas e que recebem grande número de hóspedes provenientes de outros países, tais como, o Hotel Cataratas em Foz do Iguaçu (COLUSSI, 2021, informação verbal).

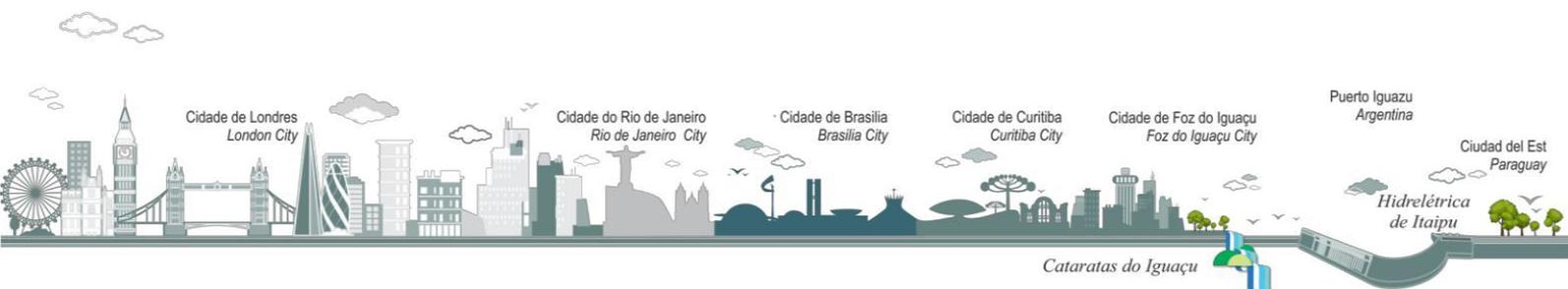
## - O senhor considera que o selo de certificação levou a um aumento no percentual de exportação da Cachaça Matraga? Se sim, qual foi o percentual de aumento?

Atualmente 60% da comercialização em destilados abastece o mercado internacional e 40% fica no mercado interno. A certificação fez com que a produção de Cachaça Matraga tivesse um aumento imediato de 100%. A certificação possibilita responder às exigências do mercado internacional, oferecendo cachaça com Selo de Certificação Orgânica Internacional. A empresa possui, atualmente, contratos de exportação com os EUA, os quais têm duração de dez anos. O ingresso no mercado europeu se constitui com um dos objetivos dos destilados Matraga (Colussi, 2021, informação verbal).

## - O selo de certificação gerou aumento no faturamento da empresa Matraga?

Na medida em que dobrou a produção de Cachaça Matraga, existiu um significativo aumento dos lucros da empresa. Dessa forma, ganha-se na quantidade produzida e comercializada (Colussi, 2021, informação verbal).

Após a transcrição das respostas do diretor proprietário do Alambique Matraga, esta pesquisa confirma que a exportação representa uma diversificação estratégica mercadológica para a empresa não depender apenas do mercado nacional. Nesse sentido, o diferencial





proporcionado pela certificação orgânica se constituiu com um forte aliado. A comercialização envolve um processo por meio de amostragens dos destilados para os países que têm interesse em produtos orgânicos. Existe um planejamento para, nos próximos quatro anos, elevar a produção atingindo a quantidade de quatrocentos mil litros ao ano, mais do que quatro vezes o que se produz hoje. A possibilidade de aumento da produção se encontra atrelada aos novos contratos com o mercado europeu e norte americano, motivados pelo diferencial da produção orgânica.

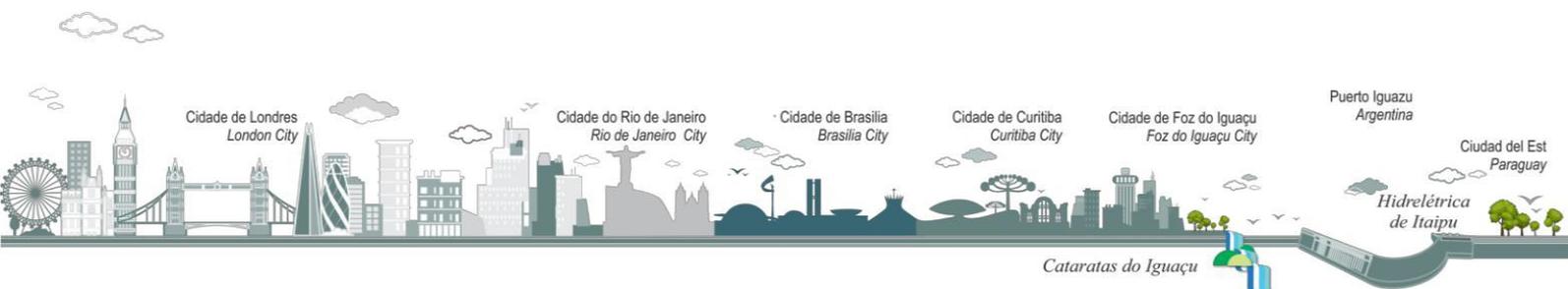
As perguntas respondidas pelo diretor proprietário e a conversa informal durante a visita técnica demonstram que a cachaça orgânica brasileira tem enorme potencial de inserção no mercado internacional resolvendo, assim, um dos problemas históricos do produto: a dependência quase que exclusiva do mercado interno (Brasil, 2021).

Este estudo de caso, realizado no Alambique Matraga, demonstra empiricamente as informações contidas no Relatório Anual da Cachaça 2021 e no Estudo da FGV sobre o mercado internacional da cachaça (Brasil, 2021; FGV, 2018). A produção orgânica é grande aliada na resolução de um dos grandes problemas históricos da indústria da cachaça brasileira: a insignificante presença no mercado internacional na medida em que apenas 2% da produção estão direcionadas para a exportação.

Estudos como o de Santos e Silva (2017) também comprovam, mediante análise de revisão de literatura, a importância da certificação na comercialização dos produtos que proporciona novos mercados nacionais e, principalmente, internacionais. Além disso, Botler (2013) e Maciel *et al.* (2021) ressaltam a certificação com fator diferencial no quesito qualidade aos olhos dos consumidores da cachaça nacionais e para as exportações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio ocupa um espaço de destaque na economia brasileira, especialmente por possuir características edafoclimáticas ideais e territórios agricultáveis em larga escala – de norte a sul, leste a oeste. Com o País enfrentando dificuldades no âmbito financeiro e econômico, esse setor contribui para a segurança alimentar, gerando divisas com suas exportações. Nesse panorama, a cultura da cana-de-açúcar representa uma das principais





lavouras encontradas em solo brasileiro. Ao estar diretamente relacionada à segurança alimentar (com o açúcar) e energética (com o etanol e bagaço de cana para a cogeração de energia elétrica), a produção canavieira também proporciona como subproduto a cachaça.

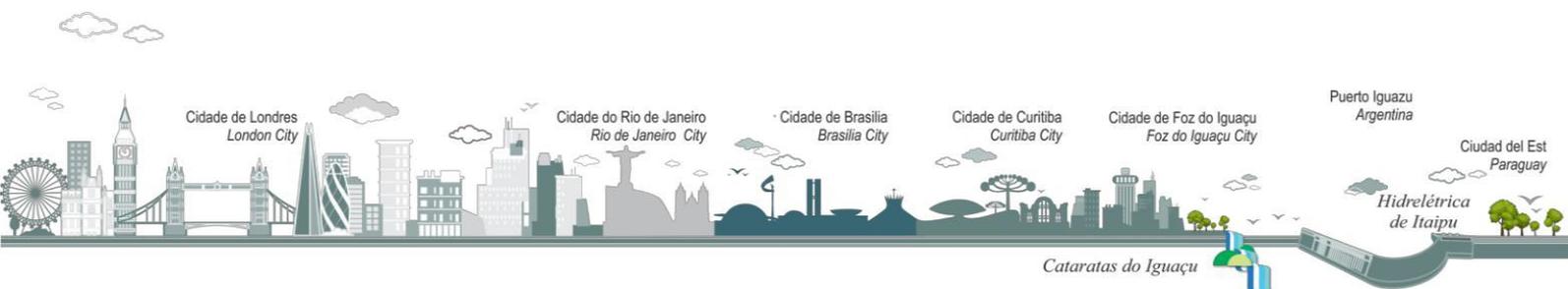
Desde a produção da cana até sua industrialização é possível observar – à medida em que o trabalho foi realizado – que a certificação de produtos orgânicos é um assunto de interesse crescente, tendo em vista que os indivíduos estão buscando o consumo de produtos mais sustentáveis, com produção e processo que garantam qualidades específicas. Este artigo procurou analisar a certificação de produtos orgânicos no Alambique Matraga, visando compreender algumas questões a respeito desse processo.

Embora as dificuldades enfrentadas pelo Sudoeste paranaense, devido às condições climáticas impróprias – ocorrência de geadas e estiagem – o Alambique estudado encontrou alternativas para permitir o progresso da empresa e conseqüente geração de renda, permanência do homem no campo, geração de empregos e reconhecimento do produto de agricultores familiares locais no mercado. Diante disso, é confirmado o fato de que a certificação de produtos orgânicos é de extrema valia no caso em tela. Por último, mas não menos importante, como recomendação para futuras pesquisas sugere-se, por exemplo, que novos estudos de caso sejam feitos para outras realidades empresariais em outros estados brasileiros, maximizando o conhecimento do setor cachaçeiro e suas idiosincrasias regionais.

Os resultados mostraram que o instrumento da certificação é viável para a comercialização da cachaça produzida, tendo em vista o reconhecimento da qualidade diferencial por seus consumidores finais e a capacidade de alcançar um maior *market-share*, que é o consumidor externo.

## REFERÊNCIAS

- Agência de Notícias do Paraná. **Com tecnologia e produtividade, cana-de-açúcar volta a brilhar no Norte Pioneiro**. Paraná Agro. 2021. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=114468>. Acesso em: 15 de out. de 2021.
- Barros, G. S. C.; Castro, N. R.; Almeida, F. M. S. Direções do Crescimento na Agricultura. In: Vieira Filho, J. E. R.; Gasques, J. G. (Org.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do**





**Censo Agropecuário.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, IBGE, 2020, p 51-66.

Bechlin, A. R.; Mantovani, G. G.; Piffer, M.; Shikida, P. F. A. Alterações na estrutura produtiva e no mercado de trabalho formal decorrentes da falência de uma agroindústria canaveira em Engenheiro Beltrão e Perobal (PR). **Informe Gepec**, Toledo, v. 24, n. 2, p. 249-274, 2020.

Bevilaqua, K. A. **Pensando além da produção:** uma análise da agricultura familiar como ferramenta de consolidação da sustentabilidade pluridimensional e da segurança alimentar. Franca: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2016.

Botler, G. **Cachaças especiais e qualidade: como a cachaça Sanhaçu utiliza o selo orgânico para diferenciar seu produto.** 2013. 32 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Economia, Recife, 2013.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988.

Brasil. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Publicada no Diário Oficial da União em 25 de julho de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: 08 mar. 2022.

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **A cachaça no Brasil:** dados de registro de cachaças e aguardentes/Secretaria de Defesa Agropecuária. Brasília, 2021: Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/ produtos vegetal /publicacoes/anuario-cachaca2020-web.pdf>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2022.

Clein, C. **Motivos e consequências da falência de agroindústrias canaveiras no estado do Paraná.** 2021. 111 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2021.

Colossi, A. C. **Entrevista no Alambique Matraga.** [Entrevista concedida aos autores deste trabalho]. 16 de setembro de 2021.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Paraná – Levantamento sobre produção de cana-de-açúcar tem início nesta segunda-feira.** Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento, 2020. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/3286parana-levantamento-sobre-producao-de-cana-de-acucar-tem-inicio-nesta-segunda-feira>. Acesso em: 20 de out. de 2021.

Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

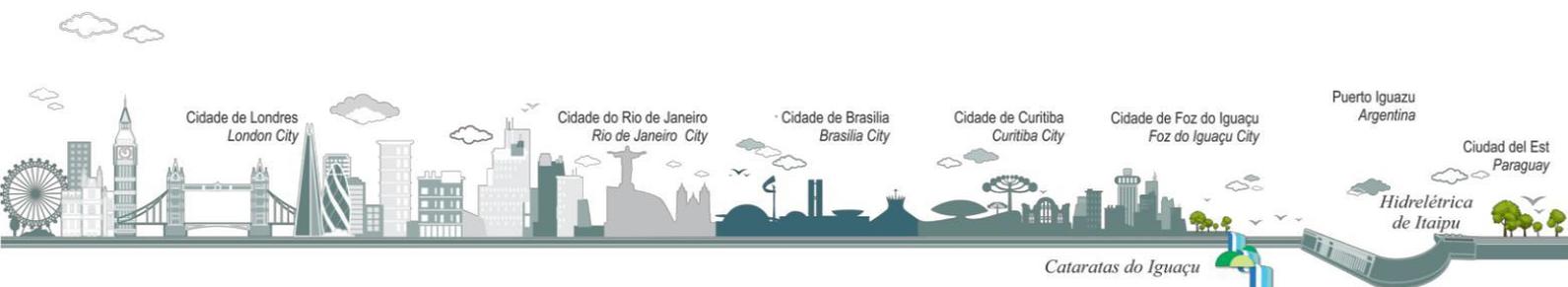
FGV – Fundação Getúlio Vargas. **A indústria da cachaça no Brasil e suas interações com o comércio exterior.** Rio de Janeiro, FGV, 2018.

Flores, E. Sudoeste Paranaense: agricultura familiar ou capitalista. **Revista Faz Ciência**, v. 9, n. 9, p. 59-80, 2007.

Goldemberg, J; Barbosa, L. M. A legislação ambiental no Brasil e em São Paulo. **Revista Eco** 21, n. 96, 2004.

Grisa, C.; Schneider, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **RESR**, v. 52, n. 1, p. 125-146, 2014.

Helfand, S. M.; Costa, L. V.; Soares, W. L. Pequenos e Médios Produtores no Brasil: Uma análise relativa ao tamanho e à escala de produção. *In:* Vieira Filho, J. E. R.;





Gasques, J. G. **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, IBGE, 2020. p. 219-228.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Município de Planalto/PR.** Portal Cidades. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/planalto/historico>>. Acesso em: 17 de out. 2021.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas do Paraná.** Curitiba: IPARDES, 2010. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=158&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=158&btOk=ok). Acesso em: 14 de out. de 2021.

Lima, S. K.; Galiza, M.; Valadares, A.; Alves, F. **Produção e consumo de produtos orgânicos no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

Maciel, A. S. P.; Neves, W. S.; Furtado Junior, T. A.; Ferreira, S. M. Produção de cachaça orgânica e sustentabilidade: experiências, perspectivas e desafios. In: Souza, C. S.; Lima, F. S.; Sabion, S. C. (Org.). **Agroecologia: métodos e técnicas para uma agricultura sustentável.** 1ª ed., v. 4, p. 98-120, 2021.

Pasqualotto, N.; Godoy, W. I.; Verona, L. A. F. Agricultura familiar e Agroecologia: um olhar sobre o caminhar da juventude rural no sudoeste paranaense. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 3, 2013.

Possebon, I. F.; Polli, H. Q. Cultivo orgânico da cana de açúcar. **Revista Interface Tecnológica**, v. 17 n. 1, 2020.

Pott, C. M.; Estrela, C. C. Histórico ambiental, desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 31, v. 89, p. 271-283, 2017.

Ramão, F. P.; Schneider, I. E.; Shikida, P. F. A. Padrão tecnológico no corte de cana-de-açúcar: um estudo de caso no Estado do Paraná. **Revista de Economia Agrícola (Impresso)**, v. 54, p. 21-32, 2007.

Ramos, M. J.; Dinca, T.; Silva, T. M.; Shikida, P. F. A. O ambiente competitivo e as estratégias da produção de cachaça artesanal no oeste do Paraná. **Revista Múltipla (UPIS)**, v. 24, p. 85-100, 2011.

Rippel, L. **A mobilização política do discurso do herói pioneiro da luta social de 1957 no sudoeste do Paraná.** 2012. 131f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

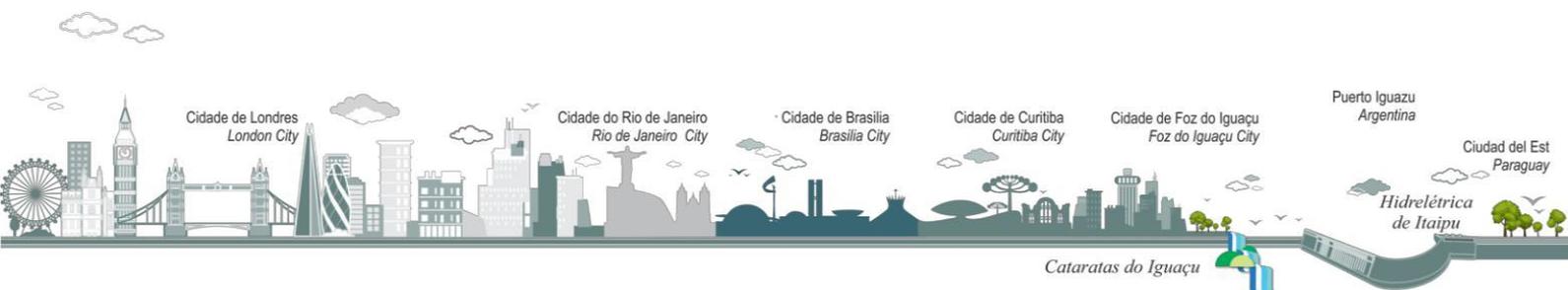
Santana, C. A. M.; Gasques, J. G. O Estado e a agricultura brasileira: seis décadas de evolução. In: Navarro, Z. (Org.). **A Economia Agropecuária do Brasil: a grande transformação.** São Paulo: Baraúna, 2020, p. 183-224.

Santos J. G.; Cândido, G. A. Sustentabilidade e agricultura familiar. Um estudo de caso em uma associação de trabalhadores rurais. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 7, n. 1, 2013.

Santos, J. G.; Silva, Y. D. T. Práticas de gestão ambiental e produção mais limpa: uma análise do processo produtivo da Cachaça Sanhaçu. **Revista Produção e Desenvolvimento**, v. 3, n. 3, 2017.

SEBRAE – Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Certificação de Cachaça.** Brasília, SEBRAE, 2013.

Shikida, P. F. A.; Frantz, R. L. Estratégias de atuação da ALCOPAR (PR) em face da desregulamentação setorial e da globalização da economia. In: Montoya, M. A.; Rosseto, C. R.





(Orgs.). **Abertura econômica e competitividade no agronegócio brasileiro**: impactos regionais e gestão estratégica. Passo Fundo: Editora UPF, 2002, p.181205.

Shikida, P. F. A.; Guedes, S. N. R.; Terci, E. T.; Peres, M. T. M.; Peres, A. P.; Brustolin, R. Impactos das transformações institucionais e do progresso técnico sobre os fornecedores de cana do Estado do Paraná. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 6, n.1, p. 45-75, 2005.

Silva, C. L.; Zerbato, C. C.; Rocha Jr, W. F. Agricultura familiar e desenvolvimento paranaense entre 1996 e 2006. **Informe Gepec**, Toledo, v. 14, n. 2, 2010.

Silva, D. A.; Polli, H. Q. A importância da agricultura orgânica para a saúde e o meio ambiente. **Interface Tecnológica**, v.17, n. 1, p. 505-516, 2020.

Tallman, H.; Zasso, J. Sustentabilidade de ponto a ponta. **Revista Retratos**, n. 17, jul./ago. 2019.

Tomasetto, M. Z. C.; Lima, J. F.; Shikida, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema – Paraná. **Interações**, Campo Grande, v. 10, p. 21-30, jan./jun. 2009.

UNICA – União da Indústria da Cana-de-Açúcar. 2022. Observatório da Cana. **Produção**. Histórico de produção e moagem por produto. Disponível em: <https://observatoriodacana.com.br/sub.php?menu=historico-de-producao-e-moagem>. Acesso em: 8 de mar. 2022.

Vian, C. E. F.; Belik, W. Os desafios para a reestruturação do complexo agroindustrial canavieiro do centro sul. **Revista ANPEC**, Recife/PE, v. 4, n.1, p. 153-194, 2003.

Vieira, A. C. P.; Alves, F. V.; Almeida, R. G. Proteção Intelectual e Inovação no setor Agropecuário. In: Vieira Filho, J. E. R.; Gasques, J. G. **Uma jornada pelos contrastes do Brasil**: cem anos do Censo Agropecuário. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, IBGE, 2020, p 351-360.

Wanderley, M. N. B. Franja periférica, pobres do campo, camponeses: Dilema da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs). **Agricultura familiar Brasileira**: Desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do desenvolvimento agrário, 2017.

Yin, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

